

**TERMO DE CONTRATO DE Nº/2019/SMI
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO
GRANDE E PARA PARA ALIENAÇÃO
DE ÓLEO USADO (QUEIMADO/ USADO, EM
CONFORMIDADE COM O EDITAL CONVITE Nº
010/2019.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **ALIENANTE**, e inscrito no ... sob o nº, residente na Rua ... nº, CEP: doravante denominado **ADQUIRENTE**, de conformidade com o Edital Convite nº 010/2019, celebrou-se o presente Contrato de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, bem como os termos constantes no Edital e no Termo de Referência, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem como OBJETO a alienação com obrigatoriedade de coleta transporte e destinação final, de óleo queimado\usado, o qual é gerado no posto de lavagem e troca de óleo da Secretaria de Município de Infra estrutura, em conformidade com o previsto no Termo de Referência, anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALIENAÇÃO: O ALIENANTE, pelo presente, e na melhor forma de direito, tem justo e contratado alienar o objeto deste contrato pelo preço certo e ajustado de R\$... (.....), por litro de óleo usado coletado, transportado e corretamente destinado.

§1ª O ADQUIRENTE efetuará perante a Secretaria de Município da Fazenda, em até 05 (cinco) dias úteis, o pagamento relativo à correspondente coleta mensal efetuada.

§2ª A estimativa mensal de óleo gerado para coleta é de 400 litros, podendo sofrer alteração à medida que aumente o numero de veiculo na Secretaria de Município de Infraestrutura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SITUAÇÃO DO OBJETO: O ADQUIRENTE aceita a presente alienação, nos termos e condições acima estipulados, e declara que está adquirindo o objeto acima descrito no estado de conservação em que se encontra, eximindo o ALIENANTE de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO: Este Contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE: O valor contratual será irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura deste Contrato.

§1º Na hipótese de prorrogação do contrato, o valor contratual poderá ser reajustado com base na variação acumulada do INPC no período findo, sendo que outros reajustes, quando for o caso, não poderão ocorrer em períodos inferiores há um ano desta a data do reajuste anterior.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO ALIENANTE: O ALIENANTE obriga-se a efetuar a devida fiscalização, relativa a prestação de serviço associada a compra objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA ADQUIRENTE: A ADQUIRENTE obriga-se a:

- a) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste Termo de Contrato;
- c) Prestar os serviços acoplados à contratação na forma e modo ajustados, dentro das normas e especificações técnicas aplicáveis à espécie;
- d) Executar os serviços acoplados à contratação utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade, sendo-lhe vedada a transferência dos mesmos a terceiros, sem prévia e expressa concordância do contratante;
- e) Responsabilizar-se pelos atos e/ou omissões praticados por seus empregados/prepostos, bem como pelos danos de qualquer natureza que os mesmos venham a sofrer ou causar para o ALIENANTE, e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços prestados neste Contrato;
- f) Efetuar o pagamento da remuneração de seus empregados/prepostos, sendo responsável por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, além dos impostos, taxas, obrigações, despesas e afins, que venham a ser reclamados ou tornados obrigatórios em decorrência das obrigações assumidas neste Contrato;
- g) Responsabilizar-se, única e exclusivamente, por qualquer espécie de indenização pleiteada por seus empregados/prepostos, principalmente no tocante a reclamações trabalhistas e acidentes do trabalho;
- h) Cumprir com todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados, bem como o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre os mesmos;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes dos serviços ora contratados, seja por exigência legal ou em decorrência da necessidade dos serviços, nada

podendo ser cobrado ou exigido do contratante, desde que não haja qualquer outra expressa previsão contratual em contrário.

- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ALIENANTE prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações solicitadas;
- k) Manter profissionais especializados e capazes de realizar o serviço, objeto deste contrato, pagando-lhe além os salários, as despesas decorrentes das obrigações impostas pela legislação social e trabalhista decorrentes de vínculo empregatício e todas as suas implicações;

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITO DO ALIENANTE: Perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITO DA ADQUIRENTE: Receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES: À ADQUIRENTE, total ou parcialmente inadimplente, poderão ser aplicadas as seguintes sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa não superior a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – DA RESCISÃO: Este Contrato poderá ser rescindido de acordo com os Arts 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA - DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2019

....
Adquirente

....
Secretário de Município

Ademir Giambastiani Casatelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.:SMF/SMI/GCLC/CSCI/CONTRATADA